

Débito federal está R\$ 127 bilhões maior do que em dezembro do ano passado, apesar da economia recorde de recursos. Aumento acontece por causa dos juros altos pagos pelo governo aos investidores

Dívida atinge R\$ 937 bi

Tesouro Nacional e Banco Central informaram que a dívida do governo federal em títulos públicos subiu 0,4% e chegou a R\$ 937,34 bilhões em outubro, contra R\$ 933,22 bilhões em setembro. No ano, está R\$ 127,08 bilhões maior, um crescimento de 15,2% sobre o registrado em dezembro de 2004 (R\$ 810,26 bilhões).

O principal ponto de discordância entre os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e Dilma Rousseff, da Casa Civil, tem sido a economia de recursos para conter o aumento dessa dívida. Ele quer economizar mais e não deixar a dívida crescer. Ela não quer elevar o volume economizado e tem dito que os altos superávits (arrecadação muito superior à receita) "enxugam gelo", uma vez que são consumidos para pagar as altas taxas de juros estipuladas pelo Copom (Comitê de Política Monetária) e que servem de base para a remuneração dos investidores que detêm mais da metade da dívida pública.

O crescimento de R\$ 127 bilhões na dívida ocorreu mesmo com o superávit primário recorde de R\$ 86,502 bilhões, obtido nos nove primeiros meses pelo setor

público (União, Estados, municípios e estatais). O total equivale a 6,1% do PIB (Produto Interno Bruto) do período. O aumento ocorre por causa dos juros altos.

Segundo o coordenador de Operações da Dívida Pública do Tesouro, Ronie Tavares, apenas um resgate (pagamento) muito elevado compensaria a incidência de juros, que gera o "crescimento vegetativo" no estoque da dívida.

A parcela dos papéis remunerada por essa taxa (os títulos chamados pós-fixados, que são mais voláteis) subiu de 54,33% em setembro para 55,68% em outubro. Além dessa elevação, a administração da dívida pública enfrentou em outubro mais um problema: a queda da parcela da dívida prefixada, que passou de 25,76% para 24,48%. Para o governo, quando maior a participação desses títulos, melhor, já que se sabe antes o quanto se vai pagar por eles. Segundo Tavares, essa queda ocorre normalmente no início de cada trimestre. Isso porque o Tesouro concentra em um único mês os vencimentos desses títulos.

No entanto, no ano, ele destaca que essa parcela da dívida está em crescimento — em janeiro era de 18,71%. Estamos em uma tendên-

cia contínua de aumento. "Em relação à dívida indexada a índices de preços, ela passou de 13,63% do total da dívida para 13,85%. O montante da dívida atrelado ao dólar permanece em queda, caiu de 3,82% para 3,78%, a menor já registrada na história do país. Essa parcela já chegou a 40% em 2002. Contribuiu para essa queda um vencimento de títulos cambiais de R\$ 2,7 bilhões. Em outubro, foi registrado também o aumento do prazo médio das emissões, que passou de 27,5 meses em setembro para 29,9 meses em outubro. Já a parcela da dívida que vence no curto prazo — em até 12 meses — passou de 41% para 41,7%.

COMBATE À SONEGAÇÃO

Cadu Gomes/CB



Uma operação da Secretaria da Fazenda do Distrito Federal realizada em 15 pontos de entrada da cidade apreendeu pelo menos 30 caminhões e quatro ônibus com produtos sem pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A estimativa é de que o imposto referente aos produtos apreendidos (foto) seja de R\$ 150 mil, incluída a multa de 200%. A fiscalização envolveu cerca de 120 profissionais. Entre os produtos que estavam sem nota fiscal ou com o documento irregular estavam roupas, óculos, materiais de construção e refrigerantes. Os veículos com as mercadorias foram levados para o Depósito de Bens Apreendidos da Receita do DF. Para recuperá-los, os proprietários e responsáveis terão que pagar o ICMS e a multa. Caso não sejam resgatados, os produtos serão leiloados. (Da Redação)

TCU ALERTA TESOURO

O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou à Secretaria do Tesouro Nacional a criação de uma área de gerenciamento de riscos operacionais para a administração da dívida pública. O TCU fez uma auditoria para analisar o grau de confiabilidade dos dados utilizados na administração da dívida, o comprometimento de ativos e passivos e o impacto provocado por eventuais erros de procedimento nas operações. "A falta de uma unidade de auditoria interna na secretaria acarreta empecilhos à implementação de um modelo eficiente de tratamento de riscos", disse o relator da auditoria, Marcos Vilça. Segundo uma fonte do Ministério da Fazenda, o departamento desejado pelo TCU já está em funcionamento, em caráter experimental, desde 2003. O projeto foi iniciativa do próprio Tesouro.